



Inflação na porta de fábrica cai 4,53% em 2025; 2ª menor desde 2014

Governo envia alertas sobre imposto de renda pelo Gov.br e WhatsApp

Página 3

Justiça mantém multa de R\$ 95,8 milhões contra a Enel

Página 4

Estado inicia o maior projeto de hidrômetros inteligentes do mundo, reforçando o uso consciente da água em período de estiagem

A Sabesp iniciou o projeto para a substituição de 4,4 milhões de hidrômetros por modelos inteligentes nas cidades de São Paulo e São José dos Campos. Em um contexto marcado por chuvas abaixo da média, estiagem prolongada e níveis reduzidos nos mananciais, os novos hidrômetros utilizam tecnologia de ponta para transmitir os dados de consumo de forma ágil e segura, permitindo que os clientes acompanhem o uso da água de hora em hora, diretamente pelo aplicativo da Sabesp. Página 2

Isenção de IPVA para motos em São Paulo beneficia frota que cresceu 33% no estado em 10 anos



Foto: Divulgação Governo de SP

Página 2

A chamada inflação na porta de fábrica terminou 2025 em -4,53%. Este é o segundo menor resultado desde 2014, perdendo apenas para a de 2023, quando houve queda média de preços de 4,99%. No ano passado, houve alta de 9,28%.

Os dados fazem parte do Índice de Preços ao Produtor (IPP), divulgado na quarta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O IPP é conhecido como inflação na porta da fábrica porque mede a variação dos preços dos produtos que saem da indústria e antes de chegar ao

comércio e ao consumidor, sem cobrança de impostos e frete.

A série histórica do IBGE começa em 2014. Nos 12 anos de levantamento, apenas 2025 e 2023 apresentaram deflação, isto é, inflação negativa. No outro extremo, em 2020 e 2021, anos de pandemia de covid-19, o IPP fechou positivo em dois dígitos.

De acordo com o IBGE, a atividade industrial que mais puxou para baixo a inflação na porta da fábrica foi a de alimentos, que recuou 10,47%. O desempenho representa peso de -2,7 pontos percentuais (p.p.). Página 3

Ministro celebra anúncio de R\$ 5,7 bi para ampliar aeroportos no país

Página 4

Campanha “Não é não!” conscientiza população sobre assédio no carnaval

Página 6

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,18
Venda: 5,18

Turismo
Compra: 5,21
Venda: 5,39

EURO

Compra: 6,15
Venda: 6,15

Esporte

Disputas equilibradas marcaram a abertura do SM Kart Competition

O SM Kart Competition iniciou a sua sétima temporada no último domingo (8), repetindo o mesmo sucesso das edições anteriores. Mais de 200 pilotos estiveram no Kartódromo de Interlagos (SP/SP), competindo em 17 categorias distribuídas em 10 provas por mais de cinco horas de competições.

O maior campeonato de Kart Rental paulista distribuiu mais de duas centenas de prêmios e brindes na etapa, e novamente contou com pódio até a 20ª posição em cada categoria, massagem para os pilotos com Carlos Masso, Feirinha de Produtos, Desafio dos Patrocinadores com sorteio de prêmios, principalmente de macacão e luvas DKR e sapatinhas KDA.

A segunda etapa do SM Kart Competition acontecerá novamente no Kartódromo de Interlagos, no dia 8 de março.

Confira os três primeiros em cada categoria:

Estreantes feminina
Maria Victoria Rodrigues; Denise Kindermann; Paula Michelle

Novatos Light
Mario Rotama
Andre José; Peterson Rodrigues; João Ulisses

Santidade Racing
Diego Santana; Anderson Tanaka; Diogo Alves

Trio Speed
Laura Falcone; Jessica Mu-

nic; Lucimara Reimberg

Speed Light
Claudia Franco

Priscila Albanit

Rafaela Fernandes

Speed Graduadas B
Aurélia Freitas; Alexandra Oliveira; Aline Marciano

Speed Graduadas
Laura Falcone; Jessica Mu-

nic; Lucimara Reimberg

Trio
Fast Girls - (Paula + Alexandra + Priscila); Avertake Girls

(Claudia + Rebeca + Nina); Pink Speed (Jessica Tanaka + Aline Excell + Jessica Muncie)

Senior e Super senior
Allan Felix; Marcelo Carva-

lhaes; Marco Verga



Os grids de todas as 10 provas do SM Kart Competition estiveram cheios

Sênior

Allan Felix; Marcelo Carva-

Ihaes; Paulo Policeno

Super Senior

Marco Verga; Guto de Oliveira; Miguel Sacramento

Novatos Light
Matheus Oliveira; Vinicius Marques; Guilherme Cabrera

Graduados
Lucas Dangelo; Joao Rega-

li; Nicola Waldrigueus

Novatos Misto
Rebeca Machado; Matheus

Gomes dos Santos; Carlos Eduardo Pimenta

Estreantes Misto
Guilherme Machado; Pedro

Henrique; Bruno Cervantes

Speed Pro
Rodrigo Borges; Alberto

Otazú; Matheus Nozaki

Maniacos do Kart
Rodrigo Parmezanni; Luiz

Felipe; Valdo Gregório.

13ª Volta Ciclística Feminina do Brasil e 18ª Volta Ciclística do Futuro



13ª Volta Ciclística Feminina do Brasil e 18ª Volta Ciclística do Futuro

O Carnaval também será de muita movimentação para quem aprecia ciclismo de alto nível. Durante parte do feriado, entre os dias 13 e 15 de fe-

vereiro, serão realizadas a 13ª Volta Ciclística Feminina do Brasil e a 18ª Volta Ciclística do Futuro. A cidade de Mairiporã será, mais uma vez, palco das duas compe-

tições, que reunirão destaques do ciclismo feminino e da nova geração da modalidade.

Os atletas terão pela frente o desafio de um evento dividido em quatro etapas, com pontuação válida para o Ranking Nacional de 2026, Classe 2 B, da Confederação Brasileira de Ciclismo (CBC). A organização é da Federação Paulista de Ciclismo (FPC).

A Volta Feminina do Brasil e a Volta do Futuro ocupam papel fundamental na consolidação e no crescimento do ciclismo nacional. Mais do que provas do calendário, os eventos representam importantes ferramentas de formação, visibilidade e desenvolvimento técnico de atletas em diferentes estágios da carreira. As categorias em disputa serão as seguintes: Volta Feminina – Elite

Feminino, Sub-23 Feminino e Master Feminino; Volta do Futuro – Júnior Masculino e Feminino, Juvenil Masculino e Feminino, Infante-Juvenil Masculino e Feminino.

A Volta Ciclística Feminina do Brasil é hoje uma das principais vitrines do ciclismo feminino no país. A competição oferece às atletas um ambiente competitivo de alto nível, semelhante ao de grandes eventos internacionais, contribuindo diretamente para a evolução técnica, tática e física das ciclistas. Além disso, fortalece a presença feminina no esporte, amplia a visibilidade da modalidade e estimula novas gerações, reafirmando o compromisso com a igualdade e o crescimento sustentável do ciclismo feminino.

Já a Volta Ciclística do Futuro

cumprum um papel estratégico na formação de jovens talentos. Voltada às categorias de base, a competição funciona como uma etapa essencial na transição dos atletas para o alto rendimento, permitindo que ciclistas em desenvolvimento vivenciem provas por etapas, adquiram experiência competitiva e amadureçam em um ambiente estruturado e técnico. Muitos dos principais nomes do ciclismo brasileiro passaram por essa competição, o que reforça sua importância como celeiro de talentos.

A programação oficial terá início na sexta-feira, dia 13, com a realização do Prólogo, de 2 km, na Avenida Boulevard, a partir das 20h. No sábado, dia 14, serão disputadas duas etapas: às 9h, a Crono Escalada, com largadas no

Espaço Mário Covas – Rosa Pirene, e às 15h, a Prova de Circuito, na Avenida Boulevard. Encerrando a programação, no domingo, dia 15, a partir das 8h, será realizada a Prova de Resistência, com largada na Avenida Boulevard e chegada na Estrada Doutor Alípio Leme (alto). Os vencedores de 2026 serão definidos pela somatória de pontos obtidos em cada etapa.

A 18ª Volta Ciclística do Futuro e a 13ª Volta Ciclística Feminina do Brasil são uma realização da Federação Paulista de Ciclismo, com apoio da Prefeitura Municipal de Mairiporã e supervisão da Confederação Brasileira de Ciclismo (CBC). Mais informações: www.fpciclismo.org.br

Programa Exporta SP ajuda empresário a entrar no mercado internacional

Empresários que buscam expandir seus negócios para o exterior encontram um suporte gratuito da InvestSP, agência de promoção de investimentos vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. O Exporta SP capacita empresas para atividades de exportação por meio de cursos online e gratuitos. As inscrições para a próxima turma vão até o dia 13 de fevereiro.

O que é o Exporta SP?

O Exporta SP é um programa voltado para micro, pequenas e médias empresas, startups e produtores rurais que desejam acessar mercados internacionais. Por meio de encontros coletivos e mentorias individuais, a InvestSP ajuda a garantir a expansão das atividades.

dades com planejamento, conhecimento técnico e competitividade.

Ao longo de três meses, os empreendedores participam de dois encontros semanais coletivos com especialistas, nos quais são abordados os temas que mais desafiam os empresários no processo de internacionalização de seus produtos e serviços. Além disso, o empreendedor ainda tem acesso a até quatro encontros individuais com especialistas, nos quais pode discutir necessidades e desafios específicos do seu negócio.

“O programa combina aulas coletivas, workshops e, principalmente, mentorias individuais com especialistas que têm experiência prática de mercado e ajudam a empresa a construir um passo a



Exporta SP é um programa voltado para micro, pequenas e médias empresas, startups e produtores rurais.

passo para exportar”, afirma o gerente da InvestSP, Marcio Torres, em participação no SP em 3, 2, 1, programa da Agência SP.

Caminho para internacionalização

O estado de São Paulo concentra quase metade das empresas exportadoras do Brasil — cerca de 44,6% do total nacional, de acordo com dados compilados

pela Investe SP em 2024. Ou seja, é um dos polos mais relevantes para internacionalização de negócios. No entanto, muitas pequenas e médias empresas encontram barreiras para vender a clientes no exterior.

Entre os principais desafios estão a identificação de mercados prioritários, o entendimento da concorrência internacional, exigências legais, certificações,

logística e adequações técnicas. “Os desafios costumam ser burocráticos, como licenciamentos e certificações, mas também envolvem aspectos mais complexos, como logística, especificações técnicas e precificação”, explica Márcio Torres.

Segundo ele, o Exporta SP atua justamente nesses pontos. “Temos módulos específicos que ajudam a empresa a entender, por exemplo, que tipo de documentação é necessária para exportar para a China, para a Europa ou para os Estados Unidos. Também apoiamos a construção de estratégias de precificação e logística para reduzir custos e melhorar margens”, afirma.

Por isso, as aulas e mentorias do Exporta SP abordam os seguintes temas:

- inteligência comercial;
- formação de preços;
- adequação de produtos e serviços;
- plano de negócios;
- marketing e vendas.

Por que participar do Exporta SP?

Na captação de clientes no exterior, o Exporta SP atua como um apoio estratégico à preparação das empresas para o mercado internacional. O programa contribui para etapas centrais da prospecção, como a definição de mercados prioritários, o entendimento do perfil de compradores estrangeiros e a construção de propostas de valor competitivas.

Quando o empresário se prepara para o mercado internacional, ele aumenta a inovação dentro da própria empresa e fortalece a competitividade do seu produto. Exportar significa acessar novos mercados, melhorar margens e ampliar o faturamento”, destaca Márcio Torres.

Com capacitação técnica e mentorias especializadas, o Exporta SP ajuda a reduzir riscos e dá mais método e segurança à entrada de micro, pequenas e médias empresas no comércio exterior. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Levantamentos - ‘pesquisas’ - demonstram a reeleição [talvez em 1º turno] do governador (SP) Tarcísio (Republicanos). O vereador André Santos (Republicanos) está na batalha pelo católico

PREFEITURA (São Paulo)

Uma coisa é o MDB do reeleito 2024 Ricardo Nunes. Outra coisa é o MDB dos demais regionais. O prefeito e o ex-presidente Temer estão com Tarcísio (Republicanos) e Flávio Bolsonaro (PL)

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Com o veteraníssimo PSDD do ex-presidente da mesa [2 vezes] Barros Munhoz agora no DUT do ex-prefeito paulistano Kassab, não tem ‘canto do cisne’. Aos 81 anos, se sente um sobrevivente

GOVERNO (São Paulo)

Virou leilão [com o martelo sendo batido sem quebrar] quem será o vice [ou a vice] na chapa por reeleição 2024 do governador [agora ‘paulista desde criança’] Tarcísio Freitas (Republicanos)

CONGRESSO (Brasil)

Levantamentos - ‘pesquisas’ - demonstram que o senador (PL Rio) Flávio Bolsonaro começou a subir nas intenções de votos, talvez pela pegada [de guerreiro] que não era o forte ‘número 1’

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Com o pai e ex-presidente Bolsonaro (PL) condenado e preso, o senador (PL Rio) Flávio negocia quem será vice na chapa presidencial 2026, sendo que o Kassab (dono do PSD) decidirá o 2º turno

PARTIDOS (Brasil)

Enquanto Aleckmin (ex-PSDB) segue fantasiado de PSB, Datena - candidato derrotado (pelo PSDB) à prefeitura SP - rasgou a fantasia e reassumiu o ‘petismo’. Virou cabo eleitoral do Lulaismo (dono do PT)

JUSTIÇAS (Brasil)

Já faz tempo que o ‘profeta’ Gilmar Mendes vaticinou sobre a Suprema Corte, afirmando que o chamado ‘Teto da Verdade’ literalmente ‘podia tudo’. Hoje, ninguém mais tem qualquer dúvida

ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu ‘Medalha Anchieta’ da Câmara da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetorcal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “Vós já estais limpos pela palavra que vos tenho falado”. João 15:3

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:

Rua Carlos Comenale, 263

3º andar - Bela Vista - SP

CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal

Atas, Balanços e

Convocações

Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC

Notícias Agrícolas

Folhapress

Governo de São Paulo

Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

Isenção de IPVA para motos em SP beneficia frota que cresceu 33% no estado em 10 anos

A isenção de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para motos de até 180 cilindradas proposta pelo Governo de São Paulo beneficia uma das frotas de veículos que mais cresceram nos últimos 10 anos no estado. De acordo com dados do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP), os modelos mais populares de até 180 cilindradas de motos registradas passaram de 3,3 milhões em 2015 para 4,4 milhões em 2025, alta de 33%.

Na última década, houve também aumento da frota considerando todos os tipos de veículos, além de motos e carros. A alta foi de 20% (22,3 milhões em 2005 para 27 milhões em 2025). Já o

número de carros cresceu 9% no mesmo período (14 milhões em 2015 para 15,3 milhões em 2025).

Entre as motos, 4,4 milhões (77% do total) têm até 180 cilindradas. Para estar apta à isenção, a moto ainda precisa estar em situação regular de registro e licenciamento e ser de propriedade de pessoas físicas.

A isenção de IPVA foi proposta pelo Governo de São Paulo em projeto de lei, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) e sancionado em 24 de dezembro.

A mudança considerou o papel social e econômico das motocicletas no estado e foi planejada com base nas projeções fiscais, na atualização da Tabela Fipe para 2026, além de atender a

Lei de Responsabilidade Fiscal.

O presidente do Sindimotos de São Paulo, Gilberto Almeida dos Santos, o Gil, afirma que a isenção tem impacto social para a categoria. O sindicato representa cerca de 1 milhão de motoqueiros, motociclistas e motofretistas em todo o estado.

“O Governo de São Paulo acertou em privilegiar uma massa de trabalhadores que sai todos os dias para ganhar de R\$ 3 a R\$ 10 por entrega. A isenção do IPVA veio em boa hora, era uma reindicação antiga da categoria e esse valor ajuda o motoqueiro a fazer a manutenção da moto. A categoria agradece”, disse.

O benefício, válido para

pessoas físicas, é automático para todos os veículos que se encontram na categoria. A moto precisa estar registrada no Estado de São Paulo, com documentação em situação regular de registro e de licenciamento, e ter no máximo 180 cilindradas.

Todas as informações sobre o IPVA 2026 estão disponíveis na página da Secretaria da Fazenda e Planejamento (Sefaz-SP). Pelo site, é possível tirar dúvidas, consultar valores e efetuar o pagamento do imposto, de acordo com o calendário de vencimento e as opções de pagamento disponíveis. A isenção vale apenas para o IPVA, e não elimina a obrigação do pagamento da taxa de licenciamento anual, feita de acordo com calendário do Detran-SP. (Governo de SP)

Estado inicia o maior projeto de hidrômetros inteligentes do mundo, reforçando o uso consciente da água em período de estiagem

A Sabesp iniciou o projeto para a substituição de 4,4 milhões de hidrômetros por modelos inteligentes nas cidades de São Paulo e São José do Campos. Em um contexto marcado por chuvas abaixo da média, estiagem prolongada e níveis reduzidos nos mananciais, os novos hidrômetros utilizam tecnologia de ponta para transmitir os dados de consumo de forma ágil e segura, permitindo que os clientes acompanhem o uso da água de hora em hora, diretamente pelo aplicativo da Sabesp.

A iniciativa faz parte da renovação gradual dos medidores de água, com a substituição de equipamentos antigos por modelos mais modernos e tecnológicos, e integra a estratégia da Companhia para enfrentar problemas históricos de infraestrutura e avançar com soluções definitivas, promovendo uma gestão cada vez mais criteriosa e eficiente da água. A modernização dos hidrômetros contribui para a redução de perdas e permite que os clientes tenham um acompanhamento mais preciso do consumo.

“A troca dos hidrômetros por modelos inteligentes representa um avanço estrutural na forma como a Sabesp gerencia a água e se relaciona com seus clientes. Em um cenário de estiagens prolongadas, a tecnologia nos permite atuar de forma mais precisa, reduzir perdas e oferecer ao consumidor transparência total sobre o consumo. É um passo decisivo para uma gestão mais eficiente, sustentável e alinhada aos desafios climáticos do presente e do futuro”, afirma Denis Maia, diretor-executivo de Clientes e Tecnologia da Sabesp.

A substituição dos hidrômetros por aparelhos novos não gera qualquer custo ao consumidor. Caso o cliente observe alteração no valor da conta após a troca do medidor, a Sabesp orienta que entre em contato por meio de seus canais de atendimento. Sempre que necessário, equipes técnicas realizam vistorias nos imóveis para verificar eventuais ocorrências que possam impactar a medição, garantindo a correta aferição do consumo.



Novo hidrômetro inteligente que será instalado nas residências

alizadas de hora em hora pelo aplicativo da Sabesp;

Deteção ágil de possíveis vazamentos internos, evitando desperdícios e aumentos inesperados na conta. Os moradores poderão identificar rapidamente um vazamento dentro do imóvel e corrigi-lo, sem precisar aguardar a chegada da fatura;

Alertas de consumo elevado, com notificações por WhatsApp, aplicativo ou e-mail quando o uso estiver fora do padrão habitual, promovendo o uso consciente;

Eliminação da necessidade de entrada do leitorista no imóvel; Redução de erros de leitura manual ou de faturamento pela média em casos de dificuldade de acesso ao hidrômetro;

Possibilidade de autoatendimento digital, permitindo ao cliente gerar sua própria fatura, acompanhar o consumo e solicitar serviços pelo aplicativo;

Combate a furtos, com emissão de alerta imediato em caso de deslocamento do equipamento.

Tecnologia para combater perdas

O projeto permitirá ainda à Sabesp implantar áreas de medição, criando um mapa inteligente da distribuição de água. Com a instalação de grandes medidores conectados ao longo do sistema, será possível acompanhar todo o consumo — desde a saída das Estações de Tratamento de Água (ETAs) até a chegada às redes que abastecem cada região.

Essa integração facilita a identificação de vazamentos não visíveis e permite uma atuação mais rápida das equipes para correção das falhas, aumentando a eficiência operacional e reduzindo desperdícios. A iniciativa reforça o compromisso da Sabesp com a gestão responsável dos recursos hídricos, especialmente em períodos de estiagem que impactam os níveis dos reservatórios responsáveis pelo abastecimento de água à população.

Com investimento estimado em R\$ 3,8 bilhões, o projeto coloca a Sabesp na vanguarda mundial da gestão inteligente dos recursos hídricos, combinando inovação tecnológica e sustentabilidade. A expectativa é que São José do Campos se torne, até 2026, a primeira cidade brasileira com 100% dos imóveis com medição digital, enquanto a capital paulista se consolidará, até 2029, como a maior metrópole do mundo com sistema de telemedição de água.

Como vai funcionar a troca

Os usuários receberão avisos personalizados sobre a troca do seu medidor diretamente em suas faturas de consumo, detalhando o período de execução dos serviços na região em que reside. A Companhia também promoverá campanhas direcionadas em suas redes sociais oficiais e enviará notificações via WhatsApp para os números cadastrados no sistema. Os profissionais responsáveis pela troca poderão ser facilmente identificados pelo uniforme padronizado com o logotipo da empresa contratada, a mensagem “a serviço da Sabesp” e a logomarca da Sabesp, presentes em camisas, jaquetas e bonés. A identificação é reforçada pelo uso obrigatório de crachá visível e, em atividades com motocicleta, por coletes e jaquetas refletivas.

A Sabesp também disponibiliza um site informativo com dicas sobre ocorrências internas mais comuns que impactam na alta de consumo e como identificar vazamentos nas residências: <https://www.sabesp.com.br/servicos/alta-consumo>. (Governo de SP)

Inflação na porta de fábrica cai 4,53% em 2025; 2ª menor desde 2014

A chamada inflação na porta de fábrica terminou 2025 em -4,53%. Este é o segundo menor resultado desde 2014, perdendo apenas para a de 2023, quando houve queda média de preços de 4,99%. No ano passado, houve alta de 9,28%.

Os dados fazem parte do Índice de Preços ao Produtor (IPP), divulgado na quarta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O IPP é conhecido como inflação na porta da fábrica porque mede a variação dos preços dos produtos que saem da indústria e antes de chegar ao comércio e ao consumidor, sem cobrança de impostos e frete.

A série histórica do IBGE começa em 2014. Nos 12 anos de levantamento, apenas 2025 e 2023 apresentaram deflação, isto é, inflação negativa. No outro extremo, em 2020 e 2021, anos de pandemia de covid-19, o IPP fechou positivo em dois dígitos.

Influências

De acordo com o IBGE, a atividade industrial que mais puxou para baixo a inflação na porta da fábrica foi a de alimentos, que recuou 10,47%. O desempenho representa peso de -2,7 pontos percentuais (p.p.).

A atividade teve grande influência do preço do açúcar, que acompanhou o recuo das cotas

ções no mercado internacional.

De acordo com o IBGE, a atividade contribuiu também para a queda dos preços a valorização do real contra o dólar (10,6% em 2025), que faz os produtos importados ficarem mais baratos.

Outras influências de baixa nos preços foram da indústria extrativa (-14,39% e impacto de -0,69 p.p.), refino de petróleo e biocombustíveis (-5,64% e -0,56 p.p.) e metalurgia (-8,06% e -0,56 p.p.).

De acordo com o gerente do IPP, Murilo Alvim, no setor extrativo a deflação foi justificada por menores preços dos óleos brutos de petróleo, "refletindo o aumento na produção global e

estoques elevados durante boa parte do ano".

Os minérios de ferro ficaram mais baratos, completa ele, "acompanhando um aumento da oferta global, enquanto a demanda mundial ficou moderada".

Inflação oficial

O IBGE divulgou também esta semana a inflação oficial, que mede o custo de vida para famílias com renda de um a 40 salários-mínimos.

O instituto revelou que em janeiro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) marcou 0,33%, acumulando 4,44% em 12 meses. (Agência Brasil)

Governo envia alertas sobre imposto de renda pelo Gov.br e WhatsApp

Os trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil por mês receberão alertas oficiais sobre atualização da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) por meio da caixa postal individual da plataforma de serviços digitais do governo federal, Gov.br, e pelo WhatsAppApp cadastrado pelo usuário.

A mensagem personalizada orienta o cidadão a consultar o contracheque de fevereiro. Isto porque a mudança nos limites de isenção ou nas faixas de desconto impactam no salário líquido recebido.

Desta forma, o trabalhador deve observar no próprio demonstrativo de pagamento mensal o valor descontado sob o título IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) diminuiu ou não.

Quem ganha menos, paga menos imposto

Desde 1º de janeiro, a incidência do imposto é zero para quem tem rendimentos mensais até R\$ 5 mil. Para os ganhos de R\$ 5.000,01 a R\$ 7.350 por mês, houve uma redução da cobrança do imposto de forma decrescente.

Já os rendimentos acima de R\$ 7.350 continuam seguindo a tabela progressiva de descontos do IR atual (até 27,5%).

Além da informação sobre a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Fi-

sica, o aviso da caixa postal Gov.br também explica sobre ajustes na tributação de altas rendas como forma de garantir o equilíbrio fiscal no país.

Pela nova legislação (Lei nº 15.270/2025), os contribuintes que recebem rendimentos superiores a R\$ 600 mil por ano (R\$ 50 mil/mês), a alíquota é progressiva até 10%. Para rendas acima de R\$ 1,2 milhão por ano, a alíquota mínima efetiva é de 10%.

As alterações válidas têm reflexo a partir do pagamento de fevereiro de 2026 e também será aplicada no cálculo do imposto cobrado exclusivamente na fonte no pagamento do 13º salário anual.

A retenção do IR na fonte pagadora deve ser feita por todas as empresas, inclusive as optantes pelo Simples Nacional.

Em caso de dúvidas, o trabalhador deve buscar esclarecimentos diretamente com o empregador, por exemplo, no departamento de recursos humanos da empresa onde atua. Os devidos esclarecimentos podem evitar ruídos na comunicação e reduzir a necessidade de atendimento presencial na Receita Federal.

Como acessar a mensagem oficial

A caixa postal Gov.br é gratuita e foi criada automaticamente dentro da área pessoal de to-

das as pessoas que já se cadastraram na ferramenta. Entretanto, apenas os usuários de nível prata e ouro da plataforma podem acessá-la por meio tanto do aplicativo para dispositivos móveis quanto pelo site oficial.

Para ver a mensagem enviada pela Receita Federal, o usuário deve acessar a parte Minha área Gov.br, no alto da página à direita.

O governo federal esclarece que a comunicação oficial é gratuita e sem o risco de fraudes. As informações diretas aos cidadãos têm o objetivo de fortalecer "o acesso dos cidadãos a seus direitos e esclarecer sobre as regras que impactam sua vida financeira".

"O envio é gratuito, não exige cadastro, pode ser confirmado no Gov.br e permite ao trabalhador escolher se deseja continuar recebendo comunicações oficiais do governo do Brasil", diz o informe da Receita Federal.

Segurança

Para evitar que criminosos se aproveitem do alerta, as dicas são: Sem links: o governo não envia links para clicar. Se uma mensagem fora da plataforma Gov.br pedir para pressionar ou acessar algo para "ver seu saldo" ou "atualizar dados", desconfie. Neste caso, o texto fora

Aliquotas

O texto vetado pelo governo previa aplicação de alíquotas de 0,67% de PIS e 3,08% de Cofins nos meses de novembro e dezembro de 2025, baixando para 0,54% e 2,46%, respectivamente, em todo o ano.

O projeto aprovado pela Câmara, além de limitar a renúncia, propõe alíquotas de 0,62% e 2,83% respectivamente de PIS e Cofins de março a dezembro deste ano, um meio termo. Isso valerá para indústrias participantes do Reiq, que será extinto no final do ano. Essas alíquotas se aplicam também à importação com incidência de PIS-Importação e Cofins-Importação.

Dúvidas

A Receita Federal também publicou em seu site exemplos de aplicação da nova tabela do Imposto de Renda de Pessoas Físicas para ajudar o entendimento sobre a aplicação correta da lei que reduziu a zero o imposto de renda para rendas até R\$ 5 mil.

Para esclarecer os pontos sobre a tributação de lucros e dividendos aos contribuintes e empresários, a Receita Federal disponibilizou aos cidadãos e empresas um "Perguntas e Respostas" no site. (Agência Brasil)

Senado pode aprimorar salvaguardas do acordo entre Mercosul e UE, diz Alckmin

Um grupo de trabalho criado no Senado poderá aprimorar salvaguardas relacionadas ao acordo comercial entre Mercosul e União Europeia, disse na quarta-feira (11) o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, em meio a preocupações de setores do agronegócio sobre efeitos das novas regras.

Em entrevista a jornalistas, Alckmin disse que as discussões serão feitas com "todo o cuidado", enfatizando que o acordo como um todo traz grandes benefícios ao país.

"Eu queria tranquilizar a todos, o Senado criou um importante grupo de trabalho para a gente poder aprimorar todas as salvaguardas", disse.

Ao lado de Alckmin na entrevista, a senadora Tereza Cristina (PP-MS), ligada ao agronegócio, disse que representantes dos setores de laticínios e de vinhos estão preocupados com os efeitos do acordo sobre suas atividades.

O acordo prevê a adoção de salvaguardas temporárias, que podem estabelecer controles es-

pecíficos sobre as importações de certos produtos.

Algo semelhante já havia sido dito pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, em resposta às salvaguardas aprovadas pelos europeus para tentar contornar a resistência de agricultores, especialmente os franceses, ao tratado.

O tratado foi aprovado e assinado em janeiro e é considerado uma forma de a União Europeia e Mercosul buscarem autonomia em um mundo cada vez mais dominado por China e Estados Unidos.

Os países do cone sul almejam obter um acesso privilegiado ao mercado europeu, enquanto a UE quer ganhar espaço em setores em que a Europa é competitiva, como tecnologia, indústria e farmacêutico.

A estimativa é de que o acordo reduza tarifas em mais de 90% do comércio bilateral, promovendo as exportações europeias de automóveis, máquinas e bebidas, enquanto facilitará a entrada de produtos sul-americanos como carne e soja na Europa. (Folhapress)

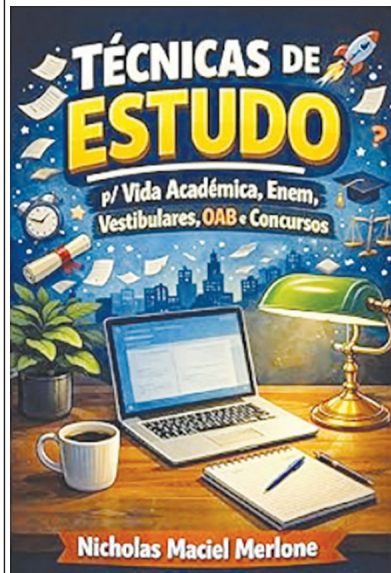
Advogado do Consumidor Cidadania & Economia

Conheça seus Direitos

Técnicas de Estudo p/ Vida Acadêmica, Enem, Vestibulares, OAB e Concursos

Seu Guia Definitivo para Aprender com Alto Rendimento

Por Nicholas Maciel Merlone



Você não tem um problema de inteligência; você tem um problema de método. Em um mundo saturado de informações, a diferença entre a aprovação e a frustração não está em "estudar mais", mas em "estudar melhor". Este guia é o seu mapa definitivo para dominar o aprendizado de alto rendimento. Combinando a ciência da pedagogia com a praticidade necessária para a Vida Acadêmica, o Enem e os Vestibulares, o Exame da OAB e Concursos, o Prof. Mestre Nicholas Maciel Merlone entrega as ferramentas exatas e precisas para capacitar seu cérebro a reter os conteúdos e exercer análise crítica. Aprenda a aprender e recupere o controle da sua vida de estudos. Você verá considerações e reflexões e dicas sobre: Ambiente de Estudo; Planejamento; Gestão de Tempo; Leitura Crítica; Método SQ3R; Técnica de Feynman; Técnica Pomodoro; Método Cornell; Mapas Mentais; Fichamentos e Resenhas; Lei de Pareto e IA aplicada aos Estudos.

Disponível na Amazon!

Nicholas Maciel Merlone - Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista e Escritor. Instagram: @nicholasmerlone / Contato: nicholas.merlone@gmail.com



Câmara aprova redução de tributos para indústria química

A Câmara dos Deputados aprovou, na terça-feira (10), o projeto de lei complementar que estabelece alíquotas de transição menores para as indústrias química e petroquímica participantes de regime fiscal especial até sua migração para um novo regime com vigência em 2027. Com a medida, o governo federal deve elevar de R\$ 1 bilhão para R\$ 3,1 bilhões o orçamento destinado ao Regime Especial da Indústria Química (Reiq) para este ano.

A proposta será, agora, enviada para análise do Senado.

Segundo o texto, as alíquotas referentes ao pagamento maior de tributos federais (PIS e Cofins) valerão de março a dezembro deste ano e substituem outras vetadas pelo presi-

dente Luiz Inácio Lula da Silva por falta de previsão de impacto orçamentário.

O Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química (Presiq) foi sancionado no fim do ano passado, com vetos, e visa reduzir custos de produção da indústria química por meio da redução das alíquotas.

O projeto aprovado nesta terça-feira limita a renúncia fiscal este ano a R\$ 2 bilhões, mas isenta a proposta de critérios para tramitação recém incluídos na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Outros R\$ 1,1 bilhão bancarão créditos tributários adicionais previstos na legislação para as centrais petroquímicas e indústrias químicas

participantes do Reiq.

Aliquotas

O texto vetado pelo governo previa aplicação de alíquotas de 0,67% de PIS e 3,08% de Cofins nos meses de novembro e dezembro de 2025, baixando para 0,54% e 2,46%, respectivamente, em todo o ano.

O projeto aprovado pela Câmara, além de limitar a renúncia, propõe alíquotas de 0,62% e 2,83% respectivamente de PIS e Cofins de março a dezembro deste ano, um meio termo. Isso valerá para indústrias participantes do Reiq, que será extinto no final do ano. Essas alíquotas se aplicam também à importação com incidência de PIS-Importação e Cofins-Importação.

FGC aprova plano emergencial para cobrir rombo do Banco Master

O conselho do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) aprovou na terça-feira (10) um plano emergencial para recompor o caixa após o impacto financeiro provocado pela liquidação do Banco Master. A medida busca garantir que o fundo, mantido pelas instituições financeiras para cobrir eventuais quebras e liquidações, tenha liquidez compatível com os riscos do sistema financeiro já até o fim do primeiro trimestre.

O plano prevê a antecipação imediata do equivalente a cinco anos de contribuições futuras dos bancos associados, dividida em três parcelas mensais. O cronograma inclui ainda novos adiantamentos: mais 12 meses de aportes em 2027 e outros 12 meses em 2028, o que, na prática, representaria até sete anos de contribuições antecipadas.

Além disso, as instituições

financeiras concordaram em elevar temporariamente o valor das contribuições mensais ao FGC. O aumento extraordinário deve variar entre 30% e 60% e valer por, no mínimo, cinco anos, segundo fontes envolvidas nas negociações.

Das regras atuais, os bancos associados recolhem mensalmente 0,01% sobre o total de instrumentos financeiros cobertos pela garantia do fundo. No caso dos Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE), as alíquotas são mais altas e variam de acordo com a estrutura das emissões.

Em nota, o FGC afirmou que discute a recomposição da própria liquidez com as instituições associadas e com o Banco Central, mas evitou detalhar as alternativas em análise. "As discussões estão em andamento e uma deliberação deverá ocorrer no curto prazo", declarou.

Outra alternativa em discus-

são no setor é a destinação de parte dos recursos do compulsório de depósitos à vista, reservas que os bancos são obrigados a manter no Banco Central (BC), para reforçar o caixa do FGC. A proposta, no entanto, depende de autorização do BC, que ainda não se manifestou sobre o tema. Até o momento, o FGC de semelhou cerca de R\$ 36 bilhões de um total superior a R\$ 40 bilhões previstos para ressarcir os credores do Banco Master. O fundo ainda não iniciou os pagamentos relacionados ao Will Bank, que integrava o conglomerado e teve a liquidação decretada posteriormente. Nesse caso, a estimativa é de aproximadamente R\$ 6,3 bilhões em garantias.

O restante das perdas está associado a linhas de crédito concedidas pelo próprio FGC a empresas do grupo Master.

A recomposição do caixa é vista pelo setor financeiro como etapa prévia a uma possível reforma nas regras do fundo. Entre as discussões preliminares estão medidas para ampliar a fiscalização da qualidade dos balanços das instituições associadas, restabelecer níveis elevados de alavancagem e reduzir a concentração da distribuição de produtos financeiros em poucas plataformas.

Parte das instituições financeiras, principalmente os bancos tradicionais de maior porte, crítica o uso do FGC nos últimos anos. Segundo esse segmento, algumas plataformas e instituições de menor porte usaram o FGC para alavancar balanços (usando recursos emprestados para emprestar), com o fundo sendo usado arbitrariamente para recompor perdas de investidores num modelo de negócio insustentável. (Agência Brasil)

Ministro celebra ano de R\$ 5,5 mil para ampliar aeroportos para o país

Justiça mantém multa de R\$ 95,8 milhões contra a Enel

A Justiça Federal em Brasília decidiu manter a multa de R\$ 95,8 milhões aplicada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) contra a Enel, concessionária de energia elétrica que opera em São Paulo. A multa foi aplicada por falhas no fornecimento de energia em 2021.

A decisão foi confirmada pela Advocacia-Geral da União (AGU), que representou a Aneel na Justiça e defendeu a manutenção da penalidade aplicada pela agência reguladora.

Após receber a sanção, a Enel recorreu ao Judiciário e alegou que a punição foi desproporcional e não observou o devido processo legal. Além disso, a concessionária afirmou que as falhas foram causadas por eventos climáticos. Em janeiro, ao analisar o caso, o juiz Renato Coelho Borelli entendeu que não houve irregularidade no processo de aplicação da multa.

O despacho foi assinado na terça-feira (3) e divulgado nesta quarta-feira 11, pela AGU.

“As decisões colegiadas foram motivadas por critérios objetivos de fiscalização do serviço de distribuição de energia elétrica, pautados na legislação aplicável e nos indicadores regulatórios, sem qualquer influência externa ou propósito alheio à função sancionadora da agência”, afirmou o magistrado.

“Ao comentar a decisão, o advogado-geral da União, Jorge Messias, disse que o órgão vai continuar atuando na defesa dos consumidores.

“A qualidade do serviço público não é negociável”, afirmou.

Os recentes apagões em São Paulo são analisados por um grupo de trabalho da AGU. Em janeiro deste ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou que o órgão avalie as providências adotadas pela Enel (Agência Brasil)

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, comemorou, na quarta-feira (11), o que considera ser “o maior volume de investimentos” da história da aviação brasileira, com R\$ 5,7 bilhões destinados a 11 aeroportos no país. Todos os aeroportos são administrados pela empresa Aena, a maior gestora do setor no mundo.

Os aeroportos beneficiados são dos de Congonhas (SP), Campo Grande (MS), Ponta Porã (MS) e Corumbá (MS), Santarém (PA), Marabá (PA), Carajás (PA) e Altamira (PA), além de Uberlândia (MG), Uberaba (MG) e Montes Claros (MG). Congonhas receberá a maior parte da verba, R\$ 2,6 bilhões.

Na avaliação Costa Filho, os investimentos anunciados hoje, somados aos demais já anunciados durante o governo, representam “o maior volume de investimentos na história da aviação brasileira, em um momento curto”.

“Para se ter uma ideia, nos quatro anos do governo anterior, tivemos o equivalente a R\$ 2 bilhões em investimentos na aviação, via aeroportos brasileiros. Em três anos do nosso governo, já foram investidos mais de R\$ 5 bilhões”, disse o ministro.

Deste total, R\$ 4,46 bilhões serão financiados com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes). Segundo ele, o total de investimentos em todo o setor aeroportuário, incluindo contratos já assinados, vai superar R\$ 10 bilhões.

As declarações foram feitas durante cerimônia no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, onde foram anunciadas novidades para o Plano de Investimentos em Ampliação e Modernização de Aeroportos.

O Plano de Investimentos em Ampliação e Modernização de Aeroportos prevê investimentos para ampliação e modernização de 11 aeroportos administrados pela Aena.

“Mais pessoas poderão voar e as que já voam terão uma experiência muito melhor. A modernização e a melhoria na qualidade do transporte aéreo têm efeito transformador na economia e na vida das pessoas. Acreditamos no Brasil e no seu povo”, disse o presidente da Aena Brasil, Santiago Yús.

Yús afirmou que a empresa vai trabalhar no aumento da capacidade dos aeroportos, além do aprimoramento de tecnologias, segurança operacional e sustentabilidade.

Os 11 aeroportos movimentam atualmente cerca de 29 milhões de passageiros por ano.

“Com a modernização e a elevação da capacidade operacional, o bloco estará apto a receber mais de 40 milhões de passageiros anuais, reforçando a interiorização do tráfego aéreo e a integração entre capitais e cidades do interior”, informou o Planalto.

A expectativa é de que esses investimentos gerem cerca de 2,8 mil empregos diretos e indiretos. Após as obras, serão mais de 700 novos empregos.

O aeroporto com maior previsão de investimentos é o de Congonhas. O projeto inclui a construção de um novo terminal de passageiros, que será ampliado dos atuais 40 mil m² para 135 mil m².

Está prevista também a ampliação do pátio de aeronaves e o aumento do número de pontes de embarque (de 12 para 19). As obras resultarão na expansão da área comercial do aeroporto para mais de 20 mil m². (Agência Brasil)

Ministério vê risco de colapso no setor de carne e defende controlar exportação para a China

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) identifica risco de colapso de preços e emprego no setor da carne bovina como consequência das salvaguardas impostas pela China para a importação de proteína animal.

Para mitigar esses efeitos, o Mapa (Ministério da Agricultura e Pecuária) defendeu, segundo o relatório da reportagem, a criação de um sistema de cotas de exportação que regule a quantidade de carne que os agentes privados podem vender ao país asiático.

A lista de exportadores para a China inclui gigantes como a JBS, Minerva e Marfrig.

No final de dezembro, o Ministério do Comércio da China anunciou tarifas de 55% sobre as importações de carne bovina de países como Brasil, Argentina, Uruguai e Estados Unidos que excedam uma determinada quantidade.

No caso do Brasil, a cota para 2026 é de cerca de 1,1 milhão de toneladas. Isso significa que o que superar esse patamar estará sujeito a uma tarifa de 55% - o que mina a competitividade do produto nacional.

Com base em dados de 2025, a análise do Mapa estima que deve haver uma redução na demanda chinesa por esse tipo de proteína de cerca de 35%, o equivalente a 600 mil toneladas.

“Em cenário de ausência de resposta coordenada do governo brasileiro, a tendência é de forte desorganização dos fluxos comerciais, com impactos relevantes sobre toda a cadeia produtiva”, diz o relatório, assinado por Luis Rúa, secretário de Comércio e Relações Internacionais do Mapa.

No início, Rúa lista diferentes consequências que a falta de controle para as vendas à China pode provocar.

São elas: corrida desordenada de exportadores, com antecipação de embarques e contratos para ocupar a maior fatia da cota chinesa; queda dos preços em razão da competição entre frigorífios

cos nacionais; excesso de oferta em outros mercados caso a produção inicialmente destinada à China seja redirecionada a outros países; efeito em cascata sobre produtores rurais em áreas dependentes da pecuária; e possibilidade de as cotas chinesas serem preenchidas apenas por grupos empresariais de grande porte.

“Em síntese, a ausência de qualquer mecanismo nacional de administração das exportações em face do tipo imposto pelo importador [China] cria incentivos à competição desordenada entre empresas brasileiras, amplifica o choque negativo de demanda e aumenta o risco de colapso de preços e de emprego no setor”, diz o documento.

De acordo com interlocutores no setor, não é possível estimar com precisão quanto do limite de 1,1 milhão de toneladas já foi usado por exportadores brasileiros, uma vez que os dados de janeiro são de carne embarcada ainda no final de 2025. O Mapa argumenta que a carga embarcada antes do anúncio das salvaguardas deve ficar fora do cálculo das sobretaxas.

De acordo com dados do Mdic compilados pela Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes), houve aumento de compra de carne bovina pelos chineses em janeiro. Foram 123,2 mil toneladas importadas por Pequim, um valor cerca de 35% maior do que o mesmo mês do ano passado.

O ofício do Mapa é destinado à secretaria-executiva da Camex (Câmara de Comércio Exterior), vinculada ao Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços).

A recomendação do Ministério da Agricultura é que o sistema de cotas de exportação seja deliberado já na próxima reunião do Geceex (Comitê Executivo de Gestão da Camex), para que os efeitos das limitações chinesas sejam reduzidos ainda em 2026.

O próximo encontro do Geceex está previsto para esta quinta-feira (12).

Entre os requisitos que o sis-

tema de China deveria observar, o Ministério da Agricultura propõe que haja uma distribuição proporcional entre os exportadores privados de acordo com o histórico recente de vendas à China.

A pasta também sugere que haja um mecanismo para a inclusão de novos e pequenos exportadores, com uma reserva técnica para essas empresas. Para o controle das cotas, propõe o uso de licenças de exportação, com bloqueio automático de embarques que excedam os limites autorizados.

Rua recomenda, ainda, que as cotas dos exportadores sejam corrigidas de acordo com o pequeno reajuste dos limites da China previstos para o próximo ano e para 2028.

“À vista do exposto, e considerando a iminência de impactos significativos já em 2026, o Mapa propõe que a resolução Geceex que institui o sistema brasileiro de cotas de exportação de carne bovina para a China seja apreciada e votada na próxima reunião do Comitê Executivo de Gestão da Camex, de forma a permitir que a medida entre em vigor com a antecedência necessária para orientar contratos e embarques ao longo do ano corrente”, conclui o ofício.

O governo da China anunciou uma sobretaxa sob a justificativa de proteção do seu mercado interno. Os preços da carne bovina na China têm apresentado tendência de queda nos últimos anos devido ao excesso de oferta e à fraca demanda decorrente da desaceleração da segunda maior economia do mundo, segundo analistas.

O mesmo tempo, as importações dispararam, tornando o gigante asiático um mercado crucial para países produtores de carne bovina, como os da América Latina e a Austrália.

No início de fevereiro, a China negou o pedido do governo brasileiro de que as cotas para carne bovina remanescentes de outros países fossem redistribuídas entre aqueles que já haviam estourado o próprio limite. (Folhapress)

Bolsa volta a bater recorde e encosta nos 190 mil pontos

Em mais um dia de euforia no mercado financeiro, a Bolsa de Valores de São Paulo voltou a bater recorde, com o Ibovespa encostando na marca inédita de 190 mil pontos.

O índice Ibovespa, da B3, encerrou nesta quarta-feira (11) aos 189.699 pontos, com alta de 2,03%. Durante a tarde, o indicador superou, por diversas vezes, o patamar de 190 mil pontos, mas desacelerou nos minutos finais de negociação.

A bolsa brasileira acumula alta de 17,52% em 2026. Com a entrada de capitais estrangeiros, as ações principais do Ibovespa, subiram nesta quarta.

Com a entrada de capital estrangeiro, o dólar teve pequena queda e atingiu o menor valor em 21 meses. A moeda estadunidense fechou o dia vendida a R\$ 5,187, com queda de R\$ 0,009 (-0,18%).

A cotação chegou a ultrapassar os R\$ 5,20 nos primeiros minutos de negociação, mas aproveitou o fluxo de capitais externos para países emergentes e passou a cair.

A moeda estrangeira está no menor nível desde 28 de maio de 2024, quando estava em R\$ 5,15. Em 2026, a divisa acumulou queda de 5,9%.

No início das negociações, a

notícia de que a economia dos Estados Unidos criou 130 mil empregos em janeiro fez o dólar subir em todo o planeta.

O número representa quase o dobro da projeção de 70 mil empregos criados, o que reduz as chances de o Federal Reserve (Fed, Banco Central estadunidense) cortar os juros da maior economia do planeta.

No entanto, a fuga de recursos dos Estados Unidos a países emergentes continuou, pressionando novamente o dólar para baixo. Além do real, valorizaram-se nesta quarta-feira o peso mexicano, o peso chileno e o peso colombiano. (Agência Brasil)

ATAS / BALANÇOS EDITAIS / LEIÇÕES

SEQUIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 01.599.101/0001-93 NIRE nº 35.300.501.497

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31/10/2025

I. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 31 de outubro de 2025, às 10h (dez horas), na sede da Companhia, localizada no município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, 6º andar, sala 601, Torre 1 - Alavênia Empretec e Empresarial, CEP 06.454-000.

II. CONVOCAÇÃO: Convocados os acionistas por meio de Edital de Convocação publicado em 10º jornal "O Dia SP", na internet, nas edições nas edições 10 e 11 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (ii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (iii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (iv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (v) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (vi) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (vii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (viii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (ix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (x) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xi) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xiv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xvi) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xx) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xxi) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xxii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xxiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xxiv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xxv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xxvi) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xxvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xxviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xxix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xxx) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xxxi) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xxxii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xxxiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xxxiv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xxxv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xxxvi) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xxxvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xxxviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xxxix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xl) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvi) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliiii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xliv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlv) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlviii) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlvix) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xli) do dia 09 de outubro de 2025, na página 1 e 11 (xlii

Marília Ribeiro Capobianco Porto, Maria Silva Ribeiro Capobianco, Júlio Capobianco Filho, Roberto Ribeiro Vieira, José Tomás Vieira dos Santos e Geraldo Agostinho. Confira com a original lavrada em livro próprio. **Mesa:** Maria Ribeiro Capobianco Porto - Presidente; Júlio Capobianco Filho - Secretário. **Conseheiros:** Maria Ribeiro Capobianco Porto - Conselheira; Maria Silva Ribeiro Capobianco - Conselheira; Júlio Capobianco Filho - Conselheiro; Roberto Ribeiro Capobianco - Conselheiro; José Tomás Vieira dos Santos - Conselheiro; Geraldo Agostinho - Conselheiro.

Campanha “Não é não!” conscientiza população sobre assédio no carnaval

Espírito Santo é 2º maior produtor de petróleo com Campo de Jubarte



Depois de seis anos, o Espírito Santo voltou à vice-liderança no ranking nacional de produção de petróleo. O estado retomou a posição de São Paulo, sendo empurrado pela produtividade do Campo de Jubarte, localizado na área conhecida como Parque das Baieas, na Bacia de Campos.

De acordo com o mais recente boletim de produção da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), órgão federal que regula o setor, a produção de óleo no estado chegou a cerca de 193 mil barris por dia em 2025.

A marca equivale a 5,1% da produção nacional. São Paulo, que caiu para o terceiro lugar, produziu 184,5 mil barris, respondendo por 4,9% do país. A produção capixaba saltou 24,5% na passagem de 2024 para 2025.

O Rio de Janeiro é o maior produtor de petróleo do país, com 87,8% do óleo extraído no país no ano passado.

Em todo o Brasil, a produção atingiu 3,770 milhões de barris/dia em 2025, expansão de 12,3% na comparação com 2024.

Plataforma Maria Quitéria

O Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), que representa empresas do setor, destaca que o “grande destaque no Espírito Santo é o Campo de Jubarte, que responde por 77,3% da produção do estado, e registrou aumento de 32,8% na sua produção no período de 2024-2025”.

Jubarte é operado exclusivamente pela Petrobras e fica cerca de 76 quilômetros do Pontal de Ubu, no município de Anchieta, parte sul do litoral capixaba.

O Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Inep), centro de pesquisas ligado à Federação Única dos Petroleiros (FUP), contextualiza que a entrada em operação do navio-plataforma FPSO Maria Quitéria elevou a produção em Jubarte.

O FPSO (Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência, na sigla em inglês) tem capacidade de produção diária de 100 mil barris de petróleo e o processamento de 5 milhões de metros cúbicos de gás natural. A plataforma entrou em operação em outubro de 2024.

Ao fim de 2025, Jubarte – que tem poços no pós-sal e no pré-sal – figurava como quinto maior campo produtor do país, com média de 152 mil barris por dia.

Para o Inep, os números de produção reafirmam a importância estratégica de Jubarte, assim como revela o elevado grau de concentração produtiva no estado.

O centro de pesquisa ressalta também o protagonismo do investimento da Petrobras em exploração e produção para “ampliar os ganhos energéticos nacionais e fortalecer a arrecadação do Espírito Santo e dos municípios confrontantes vizinhos”.

“Esse movimento tende a impulsionar a cadeia de fornecedores e serviços associados ao setor, gerando efeitos positivos sobre a economia regional e reafirmando o papel estratégico da Petrobras como indutora do desenvolvimento produtivo e territorial”, informa o instituto à Agência Brasil.

A Federação das Indústrias do Espírito Santo (Fines) lembra que o estado ocupou de “forma consistente” a segunda colocação nacional, entre 2007 e 2018, sendo ultrapassado por São Paulo no período entre 2019 e 2024.

A federação projeta que a produção de petróleo deve crescer ainda mais nos próximos meses, com a retomada das atividades do FPSO Maria Quitéria. A unidade interrompeu as operações em 11 de dezembro para reparos programados no gasoduto de exportação. A expectativa é retornar ainda este mês.

O presidente da Fines, Paulo Baraona, indica que o segmento do petróleo teve um papel decisivo no crescimento da produção industrial capixaba em 2025.

No ano passado, o Espírito Santo foi o estado com o maior crescimento da produção industrial (11,6%), acima da média nacional (0,6%), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Esses resultados mostram a posição estratégica do Espírito Santo na economia brasileira e no mapa energético nacional.”

5 mil empregos

Baraona afirma que a cadeia produtiva do setor de petróleo e gás “irradia oportunidades” no estado. Segundo ele, são mais de 600 empresas em operação, que empregam ao menos 15 mil trabalhadores formais, com remuneração acima da média nacional.

“Os projetos impulsionam empregos, renda e dinamizam a economia regional. Olhando para os próximos anos, estamos trabalhando para trazer novas oportunidades de investimentos que já se desenhavam para o setor no Espírito Santo e no Brasil.”

Necessidade de investimentos

Para trabalhadores da indústria do petróleo, a retomada da vice-liderança do Espírito Santo é positiva, mas precisa ser interpretado com cautela.

O diretor de comunicação do Sindicato dos Petroleiros do Espírito Santo (SindipetroES), Etory Sperandio, faz a ressalva de que a produção capixaba ainda é menor que a de anos atrás.

Os números de 2025 superaram os dos três anos anteriores, mas ficam aquém de 2021, por exemplo, quando o estado produzia mais de 210 mil barris diários. Em 2016, o Espírito Santo se aproximou de 394 mil barris por dia.

Ele destaca que a produção capixaba está concentrada no trecho da Bacia de Campos que pertence ao estado (a maior parte é ligada ao Rio de Janeiro). No entanto, o sindicalista cobra investimentos em produção e exploração na Bacia do Espírito Santo, que fica no litoral norte.

“A parte da Bacia do Espírito Santo, que pega do alto de Vitória, mais ou menos, da região de Vila Velha para cima, reduziu bastante a produção.”

De acordo com o diretor, companhias que têm direito à exploração precisam aumentar investimentos. “Esses campos que foram privatizados perderam o investimento, as empresas que compraram apenas focaram em sua produção e não fazem novas descobertas”, avalia. (Agência Brasil)

“Não é não! Respeite a Decisão”, com essas palavras, o Governo do Estado do Rio de Janeiro promoveu nesta quarta-feira (11) uma campanha que combate o assédio e a importunação sexual contra mulheres durante o Carnaval. A ação foi no Largo da Carioca, na região central da cidade do Rio, com distribuição de material informativo.

O estudo Percepção sobre o assédio no carnaval, do Instituto Locomotiva, de 2024, mostra que 50% das mulheres já foram vítimas de assédio sexual durante a festividade de carnaval e que 73% têm receio de passar por essa situação pela primeira vez ou novamente.

Para que situações de abuso e crimes não ocorram, a Lei 14.786/2023 criou o protocolo “Não é Não”, para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima.

Pela lei, é considerado constrangimento qualquer insistência, física ou verbal, sofrida pela mulher depois de manifestada a sua discordância com a interação.

Importunação sexual, também prevista na legislação brasileira, por sua vez, é qualquer prática de cunho sexual realizada sem o consentimento da vítima.

Essa prática pode configurar



Foto: Fernando Frazão/ABR

crime de acordo com legislação penal brasileira vigente, com pena de um a cinco anos de prisão, podendo ser agravada se o agressor tiver relação afetiva com a vítima.

Capacitação

No estado do Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº 8.378, de 2019, regulamenta que espaços de lazer e entretenimento adotem medidas de suporte e auxílio a mulheres que se sintam em situações de risco.

Já o Decreto Estadual nº 49.520, de fevereiro de 2025 criou, no estado, o protocolo Não é não! Respeite a Decisão, que reforça medidas de garantia à segurança de mulheres em espaços de aglomeração.

Entre essas medidas estão, por exemplo, capacitações de funcionários de bares, casas noturnas e boates para o auxílio a mulheres que, em suas dependências, encontrem-se em situação de violência ou de vulnerabilidade, para que não se tornem alvos de abuso.

No site oficial da campanha, é possível se inscrever no curso de capacitação lançado pela Secretaria de Estado da Mulher do Rio de Janeiro (SEM-RJ), voltado para bares e restaurantes, hotéis, eventos e outros.

Parcerias

Além da intervenção feita nesta quarta no Largo da Carioca, foram firmadas, no âmbito do protocolo, parcerias com outros

setores da cidade para reforçar a campanha durante o carnaval. A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) e a SEM-RJ assinaram um Termo de Cooperação Técnica na última segunda-feira (9).

Além disso, colaboradores de um dos camarotes da Sapucaí participaram de uma ação de capacitação do protocolo e alguns dos grandes blocos da cidade passaram a contar com a presença de campanhas de conscientização.

Segundo a SEM-RJ, as ações do protocolo já impactaram cerca de 2 milhões de pessoas e qualificaram mais de 15 mil profissionais em todo o estado.

Placas informativas

Na capital, a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres e Cuidados do Rio (SPM-Rio) vai instalar placas informativas com a mensagem “Peça Ajuda. Ask for help! www.mulher.rio | 1746” em vários pontos da cidade durante o carnaval, sendo o primeiro na Marquês de Sapucaí, onde desfilam as principais escolas de samba. O objetivo é facilitar o acesso de brasileiras e turistas a uma rede pública de proteção e acolhimento. (Agência Brasil)

Decreto inclui Ligue 180 no Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio



Foto: Fumaça na Rua/Agência Brasil

Decreto publicado na quarta-feira (11) no Diário Oficial da União integra a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 ao Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio. A norma é assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pela ministra das Mulheres, Márcia Lopes.

Em nota, o Palácio do Planalto lembrou que o Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio, lançado no dia 4, estabelece uma atuação coordenada e permanente entre Executivo, Legislativo e Judiciário para prevenir a violência letal contra meninas e mulheres no país.

“O Decreto nº 12.845 atualiza normas que regulamentam o funcionamento do Ligue 180, aprimorando fluxos, integração ins-

titucional e capacidade de resposta às denúncias. A central passa a integrar formalmente o eixo estruturante de prevenção sexual do pacto, como ferramenta estratégica de acolhimento, proteção e prevenção”, explica o Palácio do Planalto.

Atualização

Criado há duas décadas, o Ligue 180 consolidou-se como serviço público essencial no enfrentamento à violência contra as mulheres, com milhões de atendimentos realizados desde sua instituição.

“A atualização do decreto adequa o marco normativo à evolução do serviço ao longo desses anos”, avaliou a Presidência da República.

Entenda

Com a mudança, a Central de Atendimento à Mulher poderá ser acionada por meio de ligações telefônicas locais e de longa distância, de telefones fixos ou móveis, públicos ou particulares, e também por meio de aplicativos de mensagens e outros canais digitais disponibilizados pelo Ministério das Mulheres.

Segundo o decreto, o Ligue 180 e os demais canais estarão disponíveis 24 horas, todos os dias da semana, inclusive fins de semana e feriados locais, regionais e nacionais.

“Os entes federativos poderão aderir formalmente ao sistema da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, mediante acordos de cooperação técnica que assegurem interoperabilidade

de dados, integração de fluxos e padronização de procedimentos”, esclarece o Palácio do Planalto.

Atribuições

O decreto também altera trechos das atribuições da Central de Atendimento à Mulher. A partir de agora, o Ligue 180 deverá, após registrar denúncias, direcionar as mulheres em situação de violência à rede de serviços de atendimento e encaminhar às autoridades competentes, quando couber, possível ocorrência de infração penal.

“O Ligue 180 também atuará para disseminar as ações e políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres para as usuárias que procuram o serviço e produzir uma base de informações estatísticas sobre a violência contra as mulheres, com a finalidade de subsidiar o sistema nacional de dados e de informações relativas às mulheres”, destacou o palácio.

Ainda segundo a norma, o número 180 e os demais canais de atendimento serão amplamente divulgados em meios de comunicação, em instalações e estabelecimentos públicos e privados, entre outros. (Agência Brasil)

Sisu 2026: universidades iniciam convocação de lista de espera

As instituições públicas de ensino superior participantes do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2026 iniciaram na quarta-feira (11) a convocação de candidatos em lista de espera para ocupar vagas eventualmente não preenchidas na chamada regular do Sisu.

Os estudantes que manifestaram interesse em participar da lista de espera de apenas um curso de graduação estão sendo chamados de acordo com a ordem de classificação, modalidade de concorrência e disponibilidade de vagas.

O Sisu reúne as vagas ofertadas por instituições públicas de educação superior do Brasil que aderiram ao processo seletivo. A maioria delas é da rede federal de ensino superior com destaque para universidades federais e institutos federais.

Acompanhamento das convocações

Os inscritos em lista de espera devem conferir o resultado diretamente no site da universidade de pública escolhida.

O candidato deve acompa-

nhar as convocações, observar prazos, procedimentos e documentos exigidos para matrícula ou para registro acadêmico, estabelecidos em edital próprio da universidade.

Neste mesmo documento, a universidade pública deve comunicar os horários e locais de atendimento e se disponibilizar o acesso eletrônico para registro acadêmico e encaminhamento de documentação necessária para a matrícula.

Declaração para matrícula

Os candidatos que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio em 2025 para obter o certificado de conclusão do ensino médio podem buscar a declaração digital para a pré-matrícula na educação superior diretamente na Página do Participante do Enem, com login de acesso da plataforma Gov.br.

A novidade foi disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Para obter a declaração ou a certificação de conclusão do ensino médio pelo Enem os candi-



Foto: Wilson Dias/Agência Brasil

dados com mais de 18 anos precisam ter alcançado, no mínimo, 450 pontos em cada área do conhecimento do Enem, além de obter pelo menos 500 pontos na redação.

Recorde de vagas

Em 2026, o Sisu oferta mais de 274 mil vagas para 7,3 mil cursos disponíveis em 587 municípios.

Do total de vagas da graduação, 148,9 mil (54,3%) são disponibilizadas por meio da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) e ou-

tras ações afirmativas próprias de universidades públicas de ensino superior.

O Ministério da Educação (MEC) confirma que esta é a maior edição da história do programa, com a participação de 136 instituições/públicas de educação superior de todo o país.

Na última semana, o MEC comunicou que 99% das vagas do Sisu 2026 foram preenchidas na chamada regular e contabilizou 271.789 candidatos aprovados entre 1,8 milhão de inscritos. (Agência Brasil)